



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO BRASILEIRO
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS BACHARELADO
INTERDICIPINARES EM HUMANIDADES**

TEODOR MIQUENORRE MIGUEL MENTESSE SÁ

**CONFLITOS SOCIAIS NA GUINÉ-BISSAU: UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO DO
ESTADO E AUTORIDADES DE COMUNIDADES TRADICIONAIS NO USO DO
TERRITÓRIO**

São Francisco do Conde

2018

TEODOR MIQUENORRE MIGUEL MENTESSE SÁ

**CONFLITOS SOCIAIS NA GUINÉ-BISSAU: UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO DO
ESTADO E AUTORIDADES DE COMUNIDADES TRADICIONAIS NO USO DO
TERRITÓRIO**

Projeto apresentada como parte dos requisitos para obtenção de grau Bacharel em Humanidades, no Curso de Bacharelado em Humanidades, do Instituto de Humanidades e Letras-IHL da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, sob orientação do profº. Drº. Ismael Tcham

São Francisco do Conde

2018

TEODOR MIQUENORRE MIGUEL MENTESSE SÁ

**CONFLITOS SOCIAIS NA GUINÉ-BISSAU: UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO
DO ESTADO E AUTORIDADES DE COMUNIDADES TRADICIONAIS NO USO
DO TERRITÓRIO**

Este projeto de pesquisa foi apresentado na Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

São Francisco do Conde – BA, 16 de outubro de 2018.

BANCA EXMINADORA

Profº. Drº. Ismael Tcham

Orientador/a – Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Profº. Drº. Pedro Acosta Leyva

Examinador/a - Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Mrsº. Leonel Pereira João Quade

Examinador/a – Universidade Federal da Bahia - UFBA

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. PROBLEMATIZAÇÃO	7
3. HIPÓTESE 11	8
4. OBJETIVOS	9
4.1 Objetivo Geral	9
4.2 Objetivos específicos	9
5. JUSTIFICATIVA	9
6. METODOLOGIA	11
7. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
8. CRONOGRAMA	18
9. REFERÊNCIAS	19

1. INTRODUÇÃO

O presente projeto interessa-se pesquisar a relação conflituosa entre as entidades detentoras do poder nas comunidades dos grupos populacionais papeis¹ e o Estado guineense na contemporaneidade. Contudo, o nosso trabalho assentará na região do Biombo concretamente no setor de Safim que, em termos demográficos se constitui predominância da população Papel.

A Guiné-Bissau é um país Africano que se encontra localizada na costa do ocidente do continente, separada entre os dois países da colônia francesa, ao norte pela Republica do Senegal e ao sul Guiné-Conakry, com superfície de 36.125km². País que sofreu a colonização dos Portugueses, com a independência conquistada em 1973. É um país constituído por oito regiões e 37 sectores, incluindo o setor autónomo de Bissau (a capital), com uma população estimada de 1,449,230 de habitantes, segundo os dados obtidos do último SENSO (2009).

De acordo com Moema Parente Augel (2007, p.77) “o território que hoje corresponde geopoliticamente à Guiné-Bissau foi outrora o refúgio de numerosos povos que se deslocaram, premidos por sucessivas invasões”. Como se sabe, a antiga Guiné Portuguesa² apresenta em sua formação sociocultural das suas populações, cerca de 30 grupos de povos nativos, sendo no qual, os Papeis afiguram dentre os mais numerosos ao lado dos Balantas, Manjacas, Bijagós, e por intermédio de vários processos históricos a atual Guiné-Bissau tornou o abrigo de outros povos dentre eles mandigas, fulas, entre outros que se deslocaram devido às sucessivas invasões, migrações internas e externas, passando por um processo de mestiçagem cultural.

Ademais, apesar de intensos processos de relações sociais entre diversos grupos de povos nativos, assim como de crescente aculturação³; pois, existem diferenças marcantes entre estes povos, contudo, não se pode falar que se trata de um cosmo, considerado como um todo unitário,

¹ Papel (papeis) resulta na designação dada pelos os colonos, que deriva folha de papel, à parte de grupos de povos nativos. Por questão de resistência contra a política colonial- “imposto de palhota”. Segundo Augel (2007. P.56) ela parte da informação que “corre a crença que o nome dessa “etnia” estaria mesmo ligado ao relacionamento difícil com o colonizador. Conta-se que os habitantes da ilha de Bissau, muito rebeldes, nunca quiseram pagar os impostos impingidos pelos colonizadores e, sempre que recebiam a notificação de pagamento, levavam o “papel” diretamente ao “posto”, reclamando serem eles os donos do chão e que por isso não iriam pagar nada. Assim, sempre que os homens apareciam, os brancos exclamavam “ai vem os homens do papel”. E assim o nome ficou ”.

² Nome que era apelidada esta terra dos pretos pela colônia ultramarina Portuguesa. Logo após a independência essa denominação passou a ser apelidada pelo nome do capital, que é Bissau- Guiné-Bissau.

³ Nesse sentido, entendemos aculturação como um processo de relações entre as sociedades e como que elas adaptam entre si, exemplo, no caso da Guiné-Bissau.

sempre haverá as suas especificidades enquanto formas de conceber o mundo. Com isso, podemos perceber que as autoridades das comunidades das populações nativas na Guiné-Bissau e em particular os papéis sempre mantinham e mantem até hoje a suas resistências culturais, como podemos ver em Augel (2007) que, “os grupos “étnicos” continuam vivos e ativos nas tabancas ou aldeias ou nos territórios de Guiné-Bissau, verdadeiros centros de referência para as comunidades étnicas e que não têm perdido sua importância na expressão familiar e grupal” (p.166).

A partir disto, o nosso trabalho consistirá em entender como se dá a relação entre as autoridades das comunidades tradicionais no setor de Safim e o próprio Estado guineense no que tange uso dos territórios. No caso da Guiné-Bissau, esse processo de entendimento sobre a quem pertence um determinado território ou terra ocorre não apenas na retórica de mobilizações como respostas às pressões externas e às incompatibilidades históricas entre estes grupos populacionais, mas, também por organizar os grupos sociais de modo a ter percepção e reconhecer aquilo que lhe pertence como, “*dunus di tchon*⁴” ainda que é “mítico⁵”, falar do lugar de uma população e sua cultura, antes do Estado. Dado a inexistência na legislação guineense o reconhecimento concreto das ocupações da terra, pelos povos e sua religião, anterior ao Estado nacional. Nota-se que, na Guiné-Bissau existem casos em que duas ou mais grupos étnicos coabitam num mesmo território, isto é, o imaginário social não elimina a pertença do território a um determinado povo, podendo ser entendido como acolhida natural e solidária do grupo *dunus di tchon* ou por doação simbólica do espaço para um outro grupo populacional, reelaborar sua identidade cultural, possibilitando a reconstrução de uma nova identidade cultural num novo cenário social mais estável.

Diante disso, a proposta deste estudo é aprofundar o conhecimento sobre a problemática do território, entre as “autoridades tradicionais”⁶ nas comunidades da população Papel e Estado guineense, levando em conta a especificidade da construção dos Estados nacionais em África, em particular na Guiné-Bissau, que ao longo da história do Estado moderno sempre

⁴ Tradução de crioulo para o Português: *Dunus di Tchon*, significa: Donos do chão.

⁵ Entendemos que ainda é “mítico”, dada pela ausência de jeito concreta e jurídica para legitimar a pertença e só fica a ser dita por alto

⁶ Jauará (2013. p.2) parte do entendimento de que as autoridades tradicionais, designam –se aos “grupos ou indivíduos investidos de um poder institucionalizado, político ou outro aceite pela sociedade”. Tratamos de adotar esses termos “autoridades tradicionais” por se designar as hierarquias máximas dos povos nativos. Devidos as dificuldades de encontrar as literaturas, que postulam outros termos.

desqualificou a forma como os povos definiam suas unidades sociais e uso do território, propiciando relações conflituosas entre o Estado e a comunidades.

2. PROBLEMATIZAÇÃO

Estes Estados modernos assim como aqueles que emergiram depois de um extenso período de dominação colonial todos possuem uma longa história de formação da nacionalidade assente num território, com símbolos para estimular o sentimento de pertença nacional a um lugar a uma identidade. Em *Microfísica do Poder*, o filósofo francês Michel Foucault (2004), lembra que, o território é um dos conceitos mais importantes para a geografia assim como para outras ciências que se deparou com essa categoria e conceberam como uma ferramenta útil para compreender as diferentes formas de apropriação do espaço, seu uso e ocupação. Para esse autor, o “conceito do território auxilia na compreensão das relações de poder existentes na sociedade e que justificam sua delimitação em certos momentos históricos, assim como sua alteração ao longo do tempo” (FOUCAULT, idem, p. 44).

O território que corresponde atual Guiné-Bissau passou por vários processos de ocupação voltado ao uso do poder. A primeira foi pela invasão de mandingas, vindos do Antigo Império do Mali e depois pela ocupação colonial - esse último promoveu subdivisões para outros interesses políticas, comerciais, entre outros. Ressaltamos que, no período anterior a colonização, esse território hoje denominado da República da Guiné-Bissau - estava historicamente repartido entre os povos nativos da região e controlado sob formas diferentes do poder simbólico de diferentes povos e suas comunidades, partindo da obra do antropólogo Norueguês Fredrik Barth sobre a “etnicidade”, entende-se que, “as diferenças culturais adquirem um elemento étnico não como modo de vida exclusivo e tipicamente característico de um grupo, mas quando as diferenças culturais são percebidas como importantes e socialmente relevantes para os próprios atores sociais” (BARTH, 1969, p. 47).

Sendo essas delimitações são decorrentes de vários processos singulares e históricos de territorialidade de cada grupo social, porém, tais divisões de terras permanecem intactas até os dias atuais.

No entanto, como sabemos o continente africano como um todo foi dividido na Conferência de Berlim em 1885, o qual, os territórios passaram a ser controlado pelos colonizadores sob a certificação internacional até a proclamação das Independências, dos países

africanos. Porém, mesmo com a emergência de um novo período pós-colonial e das novas administrações pouco ou nada mudou, ou seja, mantiveram a configuração espacial dos territórios que saíram do Berlim. Sendo que o poder sobre o território permaneceu igualmente compartilhado pelo Estado e pelas comunidades de populações, esses, cada um reivindica a posse de terra, pela linguagem corrente em língua crioula: “*dunus di tchon*”⁷, mantendo prerrogativas de doar, pôr à disposição de pessoas até mesmo vender o espaço e sem consultar às instâncias estatais.

No caso concreto das localidades do setor de Safim percebe-se um confronto entre as duas entidades que disputam a legitimidade ou direito ao território. Situações, essas que ao nosso ponto de vista vem provocando falta do entendimento que geram conflitos sociais nessas comunidades.

Essa relação de poder entorno do território na Guiné-Bissau e dos seus aspectos conflituoso entre as autoridades das comunidades populacional Papel e o Estado constituem o problema desta pesquisa. Tentando projetar o olhar sobre os contraditórios quanto os possíveis limites e fronteiras territoriais bem como as dimensões históricas da territorialidade dos povos e por meio delas, analisar criticamente a problemática do estudo proposto, partindo das seguintes perguntas:

Em que medida faz sentido as reivindicações das comunidades étnicas pela posse da terra na Guiné-Bissau? Como as comunidades étnicas interpretam o poder do Estado sobre seus territórios? De que maneira, o Estado evita conflitos com as comunidades étnicas? O que determina a Constituição da República sobre as terras na Guiné-Bissau? Com quais meios, as comunidades nativas enfrentam o Estado?

3. HIPÓTESE

Mediante as indagações postas anteriormente, partimos do pressuposto de que a existência de conflitos sobre a posse de terras entre as duas formas de organização social e política no país, concretamente na região de Biombo ocorre a partir da incapacidade do Estado promover o diálogo com as comunidades tradicionais— assim como pela falta de uma política clara do uso de território. Resultando no sentimento de perda do território com vínculos culturais profundas

⁷ Em tradução para o português, “*dunus di tchon*” significa donos da terra.

por parte das comunidades tradicionais, o que tem motivado os conflitos sobre uso do território, não apenas como única forma de enfrentar as autoridades estatais, mas também de exaltar a legitimidade histórica de suas territorialidades na região.

4. OBJETIVOS

4.1. Objetivo geral

Analisar as causas e implicações sociais e econômicas de conflitos entre as comunidades tradicionais e o Estado sobre o direito de uso do território na região do Biombo na Guiné-Bissau

4.2. Objetivos específicos

- ✓ - Entender os processos de territorialização e das suas descrições específicas dos grupos culturais do povo papel no setor em causa da região de Biombo.
- ✓ - Caracterizar e analisar a relação do Estado e das Comunidades populacional dos Papeis partindo da dependência política do país e suas implicações no uso de territórios.
- ✓ - Avaliar os impactos sociais dos conflitos ocorridos e dos processos de mediações institucionais.

5. JUSTIFICATIVA

O nosso projeto de pesquisa se justifica na medida em que a temática relacionada às disputas territoriais constitui momentos de tensão gerando repercussões aos cidadãos guineenses. A proposta deste trabalho não se trata, de afirmar, de acordo com Jauará (2013. p.) “o ressurgimento das autoridades tradicionais, que atesta o fracasso da presença do Estado moderno” na Guiné-Bissau. Mas sim, das relações conflituosas entre as duas autoridades, com suas estruturas política e ideológica de conceber o território bastante diferente e com consequências diretas a qualquer entidade no que tem a ver com a posse da terra. Segundo sociólogo guineense João Ribeiro Butiam Có (2010), o “conflito faz parte das relações humanas, ou seja, qualquer estrutura social é passível de conflito, na sua natureza organizativa e evolutiva”. Mas, quando se trata das relações conflituosas em que o mediador se situa como o

juiz da própria causa, o conflito assume outra dimensão. Em seguida, o próprio C6 (2010. p.5) chega a salientar que:

O próprio Estado, enquanto personalidade administrativa e organizativa das instituições sociais e humanas pode ver-se no centro de conflitos, sobretudo quando no seu exercício constrói favorecimento de certas estruturas, em detrimento de outras - sejam étnicas, sociais e raciais.

Trata-se de um assunto que do nosso ponto de vista merece atenção e, de igual modo acreditamos que este merece ser analisado em toda a esfera social (político, acadêmico, jurídico, cultural, etc.), não somente para contribuir no sentido a dar uma luz a problemática, mas, sim atenuar atitudes e das estruturas dos conflitos enraizados sem deixar os rastros desastrosos para o país como um todo, assim, justifica-se a realização deste estudo para alargar o conhecimento sobre a situação de tensões e conflitos no que tange ao uso da terra entre o Estado e as comunidades no setor da região acima mencionada. Salienta-se que, apesar de ser uma questão inquietante, existem poucos estudos ligados a esta temática, embora haja estudiosos nacionais e internacionais, que abordaram a questões ligadas ao território na perspectiva proposta neste projeto de pesquisa. Os estudos já desenvolvidos, por esses intelectuais - João Ribeiro Butiam C6 (2010), Carlos Lopes (1982), Emanuel Jaurá (2014), Carlos Correia (2017), e entres outros, das outras áreas da produção acadêmica relatam essa temática de forma superficial. Observa-se que nestas obras, apesar de que o fenômeno do território, não trata dos seus objetos de estudos pretendidos por eles, mas, apontam a relação entre a forma como o próprio Estado guineense tem lidado com as autoridades das comunidades tradicionais.

A temática proposta por nós, que constitui objeto deste estudo apresenta uma extrema importância, na medida em que isso constitui um fenômeno que tem afetado diretamente com a comunidade no qual faço parte. Torna mais relevante a partir de momento que este debate passa a constituir uma preocupação de sociedade civil em geral. Quando se trate de conflito, a nossa pesquisa vai justamente à tentativa de dar mais uma contribuição e de proporcionar mais debate ao nível social e acadêmico.

Percebe-se então a relevância deste estudo ligado uso do território em várias das suas dimensões sociais da vida humana. Nesse sentido buscamos a necessidade de ampliar o debate sobre essa temática por ser uma questão de conflito social latente, sobretudo, porque a sociedade guineense é culturalmente diversificada em termos populacionais e que todas merecem esclarecimentos e o amparo do Estado. Quanto aos espaços ou territórios que para as

comunidades tradicionais, esses são produtos históricos e do imaginário social tomado ou emprestado por uma instância superior da vida que permitiu à construção das representações objetivas e subjetivas da vida social e simbólica indeterminadas. De acordo com Geertz (1999, p. 201) “esse poder imaginativo, construtivo ou interpretativo tem suas raízes nos recursos coletivos da cultura e não na capacidade isolada de indivíduos ou do Estado”. Assim, esta pesquisa faz questão de trazer para o campo acadêmico os traços da resistência dos grupos culturalmente estruturados com suas formas de organização, de poder e identidade territorial perante o Estado, buscando o relacionamento equilibrado, servindo de prevenção para as futuras questões do conflito.

Entendemos também que, a temática é importante na medida em que permite de um lado levar ao conhecimento da sociedade guineense em geral, de que, estudar este fenômeno social, cultural da sociedade tradicional na Guiné Bissau é antes de tudo acompanhar atentamente os processos de reconstrução indenitária ou preservação da tradição com base nas temáticas da territorialidade, garantir sua existência enquanto povo, isto é, o sentimento de pertença a uma comunidade e que ajuda identificar a sua identidade na sociedade guineense. Frederik Barth (1969, p. 44) afirma que, “auto identificação, que se funda no sentimento de pertinência a uma comunidade étnica e a manutenção dessa identidade, fundada na continuidade histórica do passado que reproduz a mesma cultura, portanto, constituem o critério fundamental para a identificação do grupo”, contudo, acreditamos também como necessário a promoção de mudanças sociais e culturais para o desenvolvimento das diversas comunidades do referido país.

6. METODOLOGIA

No trabalho intitulado, *Introdução à metodologia do trabalho científica*, Maria M. de Andrade (1999, p. 56) afirma que: “quando o homem começou a interrogar-se a respeito dos fatos do mundo exterior, na cultura e na natureza, surgiu à necessidade de uma metodologia da pesquisa científica”.

Nesta mesma perspectiva, o antropólogo belga Claude Lévi-Strauss afirmar que, a cultura humana surge a partir do momento em que, o homem começa a regrar sua própria ação com a natureza e seu comportamento como o outro. Nessa ordem de ideia, a nossa pesquisa não fugirá dessa concepção, dada à necessidade de aprofundar o conhecimento acerca de determinados comportamentos culturais, utilizando métodos e técnica de abordagens qualitativa. Segundo

Mynaio (2001. p. 22), “a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relação humanas, de um lado não perceptível e não captável em equações médias estatísticas”.

Para alguns pesquisadores (as), a pesquisa qualitativa não exclui abordagem quantitativa ambas podem ser complementares; a dicotomia entre a quantidade e qualidade se auxilia porque, às vezes as qualidades provem também de bases quantitativas, como mostra o fenômeno não linear da emergência (DEMO, 2017).

Baseando nessa interação de dados, as abordagens dessa pesquisa serão articuladas nas duas dimensões qualitativas e quantitativas, de forma a permitir melhor descrição da sociedade étnica dos Papeis nessa região norte da Guiné-Bissau, fornecendo assim, a compreensão dessa sociedade. A amplitude que essa trabalha vai ganhar, juntando as duas abordagens são porque, na investigação qualitativa, vão servir numa perspectiva de abordar a cultura no universo das populações que vão ser quantificadas; que por outro lado, tendo em conta ao crescimento da cidade de Bissau que representa o fenômeno de aproximação das duas sociedades conseguinte serão apresentados dados ampliados para mostras números concidadãos que vivem entre as duas sociedades, sendo que uma é rural e a outra é urbana.

No geral, a metodologia de pesquisa desse projeto de estudo adota a pesquisa bibliográfica no âmbito da abordagem acima descrita. Cervo e Bervian (1996), lembram que “a pesquisa teórica e bibliográfica é importante, uma vez que trata do passo preliminar essencial em cada projeto de pesquisa” (CERVO e BERVIAN, 1996. p. 36). Desse modo, a pesquisa bibliográfica foi escolhida como aquela que se adequa para este estudo, pois permite realizar análises mais profundas e situada em várias experiências sociais, podendo alcançar os objetivos pretendidos ou esclarecer os fatos e conflitos latentes. A pesquisa bibliográfica está direcionada ao trabalho científica que visa a recolher informações e dados que irá facilitar a fundamentação de um trabalho a ser elaborado por um tema proposto, podendo abrir o caminho para melhor percepção e aprofundamento do tema escolhido pelo pesquisador (a). Baseada no teor da obra do Antônio Carlos Gil (2002) compreende-se que, a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, revistas, dissertações, teses, assertivas, entre outras fontes escritas. É com base nos levantamentos bibliográficos das obras que já debateram as questões similares, nos permitiria ter mais embasamento sobre o objeto dessa pesquisa.

Para melhor compreender o fenômeno, ou seja, compreender as relações de poder existentes na sociedade guineense decidimos delimitar a pesquisa, abarcando um período relativamente curto do tempo, isto é, a partir do ano de 1999 até os meados de 2018, período de maior tensões sociais na região na qual a investigação será desenvolvida, em outras palavras o foco desta pesquisa centra-se nas tensões conflituosas nas pequenas localidades do setor de Safim e Prabís; espaço territorial ocupado na sua maioria pelas comunidades da etnia papéis, situada no norte do país, que não se distancia do centro da cidade de Bissau também será realizado a análise dos documentos e arquivos oficiais produzidos em decorrência dos conflitos ou registros, nos quais; acreditamos que, pesquisar as documentações nas instituições públicas nacionais poderá ajudar a compreender os termos dos acordos alcançados entre as diversas partes envolvidas nos conflitos.

Não obstante, pretendemos realizar a pesquisa do campo, ou seja, “estar nas comunidades para ter acesso ao conhecimento durante a investigação, de conversar com pessoas na perspectiva de esclarecer vários pontos, tendo uma experiência prática a partir do olhar e de conversar, possibilitando a descrição das características principais dessa sociedade e dos seus traços culturais. Segundo Andrade (1999) proporciona, assim um conhecimento a partir de novas visões sobre a realidade da etnia papel, trazendo o contexto histórico desta sociedade a partir dos seus relatos.

O ato de estar e conversar com as pessoas na comunidade, segundo Bosi (2006, p. 67) significa dirigir a mente para um ato de intencionalidade, um ato de significação. Bosi (2016) enfatiza que, o olhar está enraizado na corporeidade humana, enquanto sensibilidade e enquanto motricidade, mas não está isolado, porque as pessoas dispõem de outros sentidos além da visão. Sabemos que, as entrevistas são importantes, pois, além da obtenção de dados em primeira mão, oferece maior facilidade de compreender o assunto nos termos concretos dos interlocutores assim como permitirá aprofundar o conteúdo dos documentos. Apesar de que para a utilização dessa técnica de coleta de dados não ofereça nunca a facilidade e também a dificuldade de obter informações. A pesquisa do campo realizar-se-á com base no uso das técnicas da entrevista, envolvendo as autoridades comunitárias das localidades mencionadas em cima.

Enfim, os dados coletados nessa pesquisa de campo, serão apurados por meio da entrevistas semiestruturadas a qual consideramos a forma de afetividade e os sentimentos humanos de estar e ouvir o outro – de alguma forma pode contribuir para alargar os

conhecimentos ou completar ou esclarecer os fatos não contemplados na bibliografia relacionados a problemática da investigação proposta bem como poderá contribuir, também, para subsidiar ações de Estado e das Organizações Não-Governamentais, Igrejas, entre outras instituições sociais que podem mediar os conflitos sociais no país.

7. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Partindo do princípio de que, território como a base das relações humanas, Milton Santos (2007. p. 13), parte da definição de que “o território é o lugar em que desembocam todas as ações, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. Para ele, o território constitui a base das relações sociais, o que lhe configura como o algo indispensável à vida humana. Posto isso, se hoje em dia há conflitos entre as duas autoridades, são efeitos colaterais das relações afetivos dos indivíduos que são baseadas numa simples manifestação da sua existência perante um determinado território.

Trata-se de um dos conceitos principais da geografia, que constitui na atualidade que se destacou nos debates da teoria das ciências sociais, assumindo várias abordagens e concepções diferenciadas de uma das outras. A ampla utilidade dos territórios nos dias de hoje, no que diz respeito o uso da política de apropriação, segundo Fernandes (2008. p. 200), “o território é utilizado como conceito central na implantação de políticas públicas e privado nos campos, nas cidades e nas florestas, promovidas por transnacionais, governos e movimentos socioterritoriais”. Na mesma linha de raciocínio, Marcos Aurélio Sequet (2013. p. 28), parte da concepção de que, qualquer que seja tipo de apropriação seja ela “... econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos se funda nas contradições sociais”.

O contexto político ideológico que marca a apropriação do território guineense é uma questão repleta de tensões desde a época colonial até os dias atuais. Para Marcelo Lopes de Souza, o geógrafo brasileiro (2001) parte da definição de que; o território é um espaço definido e delimitado a partir de relações de poder, e que o poder não se restringe ao Estado e não se confunde com violência e dominação. Baseando nessa concepção salienta-se que, dentro do território guineense, encontram-se divisões administrativas regionais e setoriais resultados das diferentes povoações. Divisões essas que Sequet (2018. p. 86) considera de que “[...]”

corresponde às ações humanas, ou seja, à tentativa de um indivíduo ou grupo de controlar, influenciar ou afetar objetos, pessoas e relações numa área delimitada”.

Segundo Foucault (2004, p. 44) “o território foi entendido como o chão, o povo, a população, e por fim, território como o substrato sobre o qual se organizava a sociedade, mas de um modo a constituir um Estado”. De outro lado, Milton Santos (1998, p. 55) lembra que, “vivemos com uma noção de território herdada da modernidade incompleta e do seu legado de conceito puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados”. Para ele “o território é percebido como a base física, sobre o qual estão estabelecidas as relações de poder entre os indivíduos” (idem, p. 33). Friedrich Ratzel (1990, p. 55) geógrafo e etnólogo alemão, vem afirmando que, “não é possível falar de um estado sem território, ou seja, sem uma área do espaço delimitada por fronteiras a partir de uma relação de posse, seja essa, animal ou humana e, assim também a sociedade mais simples só pode ser concebida junto com o território que lhe pertence”. Na opinião de Barth (2001), quando ele explica que não há nenhum grupo étnico, que não tenha ou que não reivindica com intensidade o seu território. A priori, partimos da conclusão proposto por Ratzel (1990 idem, p. 100), ao afirmar que, “o fato de estes dois organismos estarem ligados à sua terra é a consequência natural da ligação evidente que une a criatura humana ao espaço”.

Para Rui Ribeiro (1989), “Guiné-Bissau é um país curioso pela forma que coexistiram duas estruturas de estado, dois grandes tipos de cultura política, no fundo dois modelos de sociedade e cultura, onde as pessoas circulam de um lado para o outro conforme convivências e oportunidades” (Nobrega, 2014, p.35 apud Ribeiro, 1989). E estas estruturas da organizativa das duas autoridades são basicamente diferentes uma da outra, bem como Có (2016, p.5) salientou de que “são consequências de desigualdades horizontais e verticais na aquisição e manifestação de poder, assim como estatuto social”. Essas diferenças são percebidas na concepção ideológica e nas suas práticas sociais.

As autoridades de comunidades sociais na região de Biombo, em particular das autoridades dos grupos populacional dos Papeis - são formados pelas estruturas organizadas e hierarquizadas em função social, na qual partem da concepção de que o território é sagrado, e que a apropriação requer todo o processo simbólico que geralmente são baseados num tipo longo do processo ritualístico. Tais rituais tendem autorizar ou reorganizar e regularizar o uso do um território ancestral que, por vários motivos deve passar a ser usado para os fins da

manutenção da comunidade. Enquanto que, na percepção moderna do Estado guineense se vincula ao território de maneira superficial com a única finalidade de espoliar para atender os ditames da especulação imobiliária e empreendimentos estatais ou privados. Situações que vem provocando falta do entendimento que conflitos sociais nessas comunidades.

De acordo com Marx Weber (1970) parte da concepção de que o Estado consiste na dominação do Homem pelo Homem, fundada no instrumento da violência legítima. Nesse sentido, para o Estado existir, há que haver povos que devem submeter à autoridade do dominador. Baseando nessa concepção de Weber, parte-se do entendimento de que o conceito Estado aporta consigo o sistema da dominação colonial, na qual as relações de poderes são colocadas de forma vertical, necessitando da submissão dos dominados para que ele consiga existir. Na mesma ordem da ideia, Bobbio (1987. p.73) aponta que o:

Estado entendido como ordenamento político nasce da dissolução da comunidade primitiva fundada sobre os laços de parentesco e da formação de comunidades mais amplas derivados da união de vários grupos por razão de sobrevivência interna ‘o sustento’ e externo ‘defeso’”.

Manuel Jaurá (2013. p.2) parte do entendimento de que os exercícios de poder dentro das estruturas das autoridades tradicionais são atribuídos pela a forma com que, “as pessoas são socializadas com a finalidade de absorverem o quanto possível os princípios valores da sociedade, com que poderão exercer de maneira os papéis sociais que lhes são destinados”. Para Djaló (2006 idem, p. 296) de que; “As estruturas políticas e sócias dessas sociedades possuíam um caráter intensamente comunitário, desempenhando um indivíduo funções com importância coletiva sendo seu interesse subordinado ao geral”.

O Estado guineense, por sua vez acaba deixando totalmente de lado, independentemente do papel intermediário que as autoridades tradicionais exercem os valores e forma da organização política dessas estruturas organizativas, e pautar pela administração moderna ocidental.

Para outro lado as autoridades das comunidades tradicionais, usando da prerrogativa de certa influência tem se manifestado contra este tipo da organização e dominação, bem como Carvalho (2004. p. 54) salienta “a revitalização dos regulados⁸ não pode ser entendida como o

⁸ Entidades dotados de autoridade máxima na linhagem das chefias tradicionais

retomar de uma tradição “adormecida, são pelo contrário, atos políticos conscientes, de populações que pretendiam reafirmar a sua identidade local e o seu poder”.

Apesar que se atualmente discute na Guiné-Bissau a participação dos régulos nas políticas democráticas do país, segundo o depoimento⁹ do pesquisador guineense Fodé Mané, mostra que, se trata uma forma da emancipação e da influência e resistência para que um não seja extinguido por outras políticas. Para ele, “quando esses dois poderes estão a misturar-se, há risco daquele que tiver mais poder engolir o outro”. Ele destaca ainda a diferencia entre os dois salientando de que “legitimidade do Estado vem das leis que são montadas, de acordo com as estruturas dos órgãos do Estado, enquanto que a legitimidade do poder tradicional vem da base, da comunidade e da tradição”.

De acordo com a afirmação de Bernardo Fernandes (2008. p. 200), “as políticas formam diferentes modelos de desenvolvimento que causam impactos socioterritoriais e criam formas de resistências, produzindo constantes conflitualidades”. O que coloca num só território com duas concepções política e ideológica de apropriação e por quem tem a legitimidade de fazer concessões. Boaventura de Souza Santos chama atenção sobre o tipo de colonização, a que ele chama da “colonização cega”. Na realidade pode ser constatada em vários domínios do contexto administrativo do estatal guineense, desde a independência até a data atual, o país não conseguiu escapar do sistema colonial que foi implantado nesse país. Modelo da colonial essa que não tem ajudado o país, continua a ser uma das fontes que alimenta e fomenta conflitos na Guiné-Bissau. A propósito desse trabalho, pretende-se suscitar mais uma contribuição nessa linha de debate sobre o território, partindo do princípio ideológico “integracionista” capaz de conduzir e garantir a boa relação entra as ambas estruturas no país. Com isso concordamos com o Juará (2013. p. 4), quando ele afirma de que “não estamos com isso propondo volta à tradição, mas sim, procurar-se inspirar em alguns valores civilizatórios negro africano, sem abandonar a modernidade”.

⁹ Fonte: <https://www.voaportugues.com/a/régulos-na-guiné-bissau-entre-a-autoridade-tradicional-e-apolítica/4394728.html>

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo. Atlas, 2010

AUGEL, Moema Parente. *O desafio do escombros: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau*. Editora Garamond, 2007.

BOSI, A. **Fenomenologia do olhar**. (Org NOVAES, A.) et al. O olhar. 11ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CERVO, A. & BERVIAN, P. **Metodologia Científica**. São Paulo: Makron Books, (1996). Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/marcelo-ana-sofia-internet-sociabilidade>. Acesso realizado em 07 de setembro de 2018.

CÓ, João Ribeiro Butiam (2006) **A aquisição do capital social e a formação das estruturas sociais na Guiné-Bissau**: uma abordagem para a percepção de conflitos sociais –, Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIUS), n.º 6 – ISEG/UTL - Lisboa.

CÓ, João Ribeiro Butiam. **Representação e confinação de estruturas sociais na GuinéBissau**: uma abordagem sobre conflitos e consensos. 2010.

DEMO, Pedro. *Metodologia do conhecimento científico*. Atlas, 2000.

GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, 2002

MINAYO, MCS. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. edição revista e aprimorada. São Paulo: Hucitec; 2014.

RATZEL, Friedrich. **Geografia do homem (Antropogeografia)**. Ratzel. São Paulo: Ática, p. 32-107, 1990.

RIBEIRO, Rui. “**A Historicidade da Construção Nacional na Guiné-Bissau**”, in AA.VV, construção da Nação em África: Exemplos de Angola, Cabo verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe. INEP, 1989. p.219-240.

SANTOS, Milton. **Território globalização e fragmentação**. 4ª." São Paulo: Hucitec (1998).